

**27. PROPOSTA DE REGULAMENTO DE HASTA PÚBLICA –  
CONSTITUIÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE A  
PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 14.366 M2 SITA NO  
“PARQUE DO MONTE PICOTO”:**


Da **DACPGP** submetendo a proposta de Regulamento de Hasta Pública destinado à constituição do direito de superfície sobre a parcela de terreno com a área de 14.366 m<sup>2</sup>, sita no “Parque do Monte Picoto”, para implantação de um “Parque Aventura”, regulamento esse que aqui se dá como reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas depois de rubricado e assinado por todos os membros presentes na reunião.

## INFORMAÇÃO

**ASSUNTO:** Proposta de Regulamento de hasta pública destinado à constituição do direito de superfície sobre a parcela de terreno com a área de 14.366 m<sup>2</sup>, sita no “Parque do Monte Picoto”, em Braga, para implantação de um “Parque Aventura”.


Segue em anexo a proposta de regulamento acima melhor identificada, a fim de, assim se entendendo, submeter à apreciação do Executivo Municipal, nos termos do estatuído no art. 33º, nº 1, alínea g) do Anexo I da Lei nº 75/2013, norma esta que estabelece que compete à câmara municipal “Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1000 vezes a RMMG”.

A Jurista,

  
(15.11.2016)

SR. PRESIDENTE,  
SOLICITO O ENVIO À REUNIÃO  
DE CÂMARA DA PROPOSTA DO  
REGULAMENTO PARA A IMPLANTAÇÃO  
DE UM “PARQUE AVENTURA”, NO  
PARQUE DO MONTE PICOTO.

21/11/16  
Altino Ben

As Exas. Srs. Srs.  
16.11.23  


## **Proposta - Regulamento de Hasta Pública**

**Constituição do direito de superfície sobre a parcela de terreno identificada na planta anexa (anexo I), com a área de 14.366 m<sup>2</sup>, sita no “Parque do Monte Picoto”, em Braga, para implantação de um “Parque Aventura”.**

**1.Objeto:** Realização de hasta pública destinada à constituição do direito de superfície sobre a parcela de terreno identificada na planta anexa (anexo I), com a área de 14.366 m<sup>2</sup>, sita no “Parque do Monte Picoto”, em Braga, para implantação de um “Parque Aventura”.

### **2. Cláusulas relativas à constituição do direito de superfície:**

- 2.1 Prazo: 25 anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos de cinco anos, mediante prévio acordo das partes.
- 2.2 Valor do direito de superfície: € 107.410,88 (cento e sete mil, quatrocentos e dez euros e oitenta e oito cêntimos) de acordo com o teor do relatório de avaliação efectuado pelos competentes serviços técnicos, anexo.
- 2.3 A presente constituição do direito de superfície é feita a título oneroso, devendo ser paga, anualmente, durante todo o tempo que vigorar o direito de superfície, uma prestação, de valor correspondente a 1/25 avos do valor do direito de superfície licitado.
- 2.4 A superficiária obriga-se a manter o terreno, bem como a obra, em perfeito estado de conservação, segurança, limpeza e salubridade, cabendo-lhe executar, por sua conta e risco, todas as reparações necessárias nas construções e instalações, objecto do direito de superfície.
- 2.5 O Município de Braga gozará sempre do direito de preferência, em 1º grau, na alienação do direito, por ato entre vivos e na adjudicação em liquidação do património da superficiária, sendo esse direito de preferência exercido de harmonia com as normas legais e/ou regulamentos aplicáveis.

2.6 O direito de superfície reverte para o Município de Braga, sem qualquer indemnização, se a superficiária alterar os fins a que se destina o direito referido.

2.7 Em caso de extinção da superficiária, de desistência ou renúncia ao direito de superfície ou de eventual transmissão sem autorização do Município, bem como decorrido o prazo do direito de superfície, a propriedade superficiária, assim como as benfeitorias executadas reverterão para o Município de Braga, sem direito a qualquer indemnização.

2.8 Em tudo o que na presente proposta não estiver previsto, o direito de superfície aqui em questão regular-se-á pelas disposições constantes do Código Civil.

### **3. Modo de apresentação das propostas (sob pena de exclusão):**

3.1 As propostas devem ser apresentadas em sobrescrito opaco e fechado, identificando-se no exterior do mesmo a palavra **“Proposta – Hasta Pública nº ...”**, indicando-se o nome ou a denominação social do concorrente. A proposta deve ser redigida em língua portuguesa ou, no caso de o não ser, terá de ser acompanhada da tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

3.2 As propostas podem ser entregues pessoalmente até ao dia ... nas horas normais de expediente (2ª a 6ª feira das 9h00 às 17h30m), contra recibo, ou remetidos pelo correio, sob registo, para a Câmara Municipal de Braga – Divisão do Aprovisionamento, Contratação Pública e Gestão do Património, Praça do Município, Braga.

3.3 Se o envio da proposta for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese de a entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

3.4 As propostas apresentadas são listadas e ordenadas de acordo com a respectiva apresentação.

3.5 Poderão ser solicitados esclarecimentos relativos à presente hasta pública, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através de email para o seguinte endereço: [contratacao publica@cm-braga.pt](mailto:contratacao publica@cm-braga.pt)

3.6 Os esclarecimentos a que se refere o número anterior são prestados por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

#### **4. Ato Público:**

4.1 O ato público realizar-se-á pelas..., ..., no dia útil seguinte à data limite para apresentação das propostas;

4.2 A arrematação decorrerá perante um Júri nomeado para o efeito, pelo Presidente da Câmara, constituído por três membros efectivos e dois suplentes.

4.3 Ao ato público podem assistir os concorrentes ou seus representantes, devidamente credenciados.

4.4 O ato público inicia-se com a identificação do procedimento e com a abertura dos invólucros recebidos dentro do prazo referido no edital respectivo.

4.5 Em seguida, o júri procede à leitura das propostas.

#### **5. Proposta:**

5.1 Na proposta, o concorrente manifesta a sua vontade de contratar devendo a mesma ser redigida em conformidade com o Modelo da Proposta - Anexo A.

5.2 A proposta deverá ser, ainda, constituída por Certidão do Registo Comercial, no caso de se tratar de pessoa coletiva.

#### **6. Prazos:**

6.1 O prazo de validade da proposta é de um período mínimo de 66 dias a contar da data do ato público.

6.2 O prazo para início da execução das obras é de 30 dias após a emissão das respetivas licenças, sendo caso disso, devendo ser concluídas de acordo com a calendarização respectiva.

**6.3** O prazo para início da instalação dos equipamentos é de 30 dias após a outorga da escritura pública, podendo tal instalação ocorrer até ao prazo limite de três anos, devendo, contudo o “Parque Aventura” reunir os requisitos mínimos necessários à sua abertura ao público no mês de junho de 2017.

**7. Base de Licitação:**

€ 107.410,88, correspondente ao valor do direito de superfície, constante do ponto 2.2 da presente proposta.

**8. Critério de Adjudicação:**

A adjudicação será feita à proposta mais elevada.

**9. No Caso de Empate:**

Caso exista empate entre as propostas mais elevadas, iniciar-se-á de imediato uma licitação entre tais proponentes, não podendo cada lanço ser inferior a 100,00€.

**10. Escolha do superficiário:**

**10.1** Depois de cumpridas as formalidades legalmente previstas e com base em relatório preliminar elaborado pelo Júri, será feita proposta de adjudicação, submetida a audiência prévia pelo prazo de 5 dias úteis.

**10.2** O ato de adjudicação é notificado a todos os concorrentes.

**10.3** A Câmara Municipal de Braga reserva-se o direito de não constituir o direito de superfície, caso o interesse público não esteja salvaguardado, ou se verificar haver conluio entre os arrematantes.

**10.4** Juntamente com a notificação do ato de adjudicação, o superficiário é informado do dia, hora e local para a assinatura da escritura pública e, bem assim, para apresentar os seguintes documentos:

- a) Bilhete de identidade e cartão de contribuinte ou Cartão de Cidadão;
- b) Certidão de registo comercial, no caso, do superficiário ser pessoa coletiva;

- c) Documento comprovativo da situação tributária regularizada;
- d) Documento comprovativo de se encontrar regularizada a situação relativamente às contribuições para a Segurança Social.

#### **11. Modalidade de Pagamento:**

- 11.1 Em numerário ou por transferência bancária para o IBAN a indicar, suportando o proponente os impostos, taxas e emolumentos devidos pela operação;
- 11.2 Os pagamentos sucessivos serão efetuados anualmente, até 31 de janeiro do ano a que diz respeito.
- 11.3 A falta de pagamento no prazo indicado faz incorrer o superficiário em mora, podendo o Município exigir o triplo das prestações em dívida.

#### **12. Taxas e Licenças**

É da responsabilidade do superficiário, obter as autorizações ou licenças inerentes à utilização da(s) edificação(ões) e ao exercício da atividade.

É ainda da responsabilidade do superficiário a entrega dos respetivos projetos de arquitetura e especialidades, bem como quaisquer outros que sejam necessários ao exercício da atividade que se pretende instalar.

#### **13. Características do espaço:**

Do tipo ao constante do Anexo II.

#### **14. Funcionamento:**

- 14.1 Ao espaço em causa apenas poderá ser dado o fim aqui estabelecido, constituindo obrigação do superficiário a obtenção prévia das licenças ou autorizações que permitam a sua utilização.
- 14.2 Durante o período de exploração, a conservação e manutenção da edificação bem como dos equipamentos ali instalados ficará a cargo do superficiário, que terá de cumprir todas as disposições legais e regulamentares.

**14.3** Ao superficiário cabe ainda a contratação dos seguros de responsabilidade civil e acidentes pessoais para todos os utentes e/ou visitantes do “Parque Aventura”.

**15. Obras:**

**15.1** A realização de quaisquer obras deverá ser objeto de prévia autorização municipal, as quais serão executadas por conta do superficiário.

**15.2** A construção deverá respeitar a legislação em vigor.

**16. Incumprimento pelo Arrematante:**

A prestação de falsas declarações ou o incumprimento das regras implica a exclusão da hasta pública, a anulação da arrematação e a perda a favor da Câmara Municipal de Braga das quantias já entregues, podendo o direito de superfície em questão ser constituído a favor de quem subscreveu a proposta ordenada em lugar subsequente.

**17. Obrigações tributárias e emolumentares:**

**17.1** Liquidação a cargo do superficiário dos emolumentos devidos pela celebração da escritura de constituição do direito de superfície e consequente registo junto da respetiva Conservatória do Registo Predial;

**17.2** Liquidação a cargo do superficiário do Imposto Municipal de Transmissões (IMT) ao abrigo da alínea b) da 3ª regra do nº 4 do artigo 12º conjugado com a alínea i) do artigo 13º do Código do Imposto sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (CMIT);

**17.3** Liquidação a cargo do superficiário do Imposto de Selo ao abrigo da alínea a) do artigo 5º do Código de Imposto de Selo conjugada com o 1.1 da Tabela Geral do Imposto de Selo;

**17.4** Participação da edificação/estrutura, cabendo ao superficiário a obrigação de liquidação do IMI ao abrigo do nº2 do artigo 8º do Código de Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).



### **18. Fiscalização:**

A Câmara Municipal de Braga reserva-se o direito de fiscalizar o funcionamento e as instalações em causa.

## **ANEXO A**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO**

Exmo. Senhor

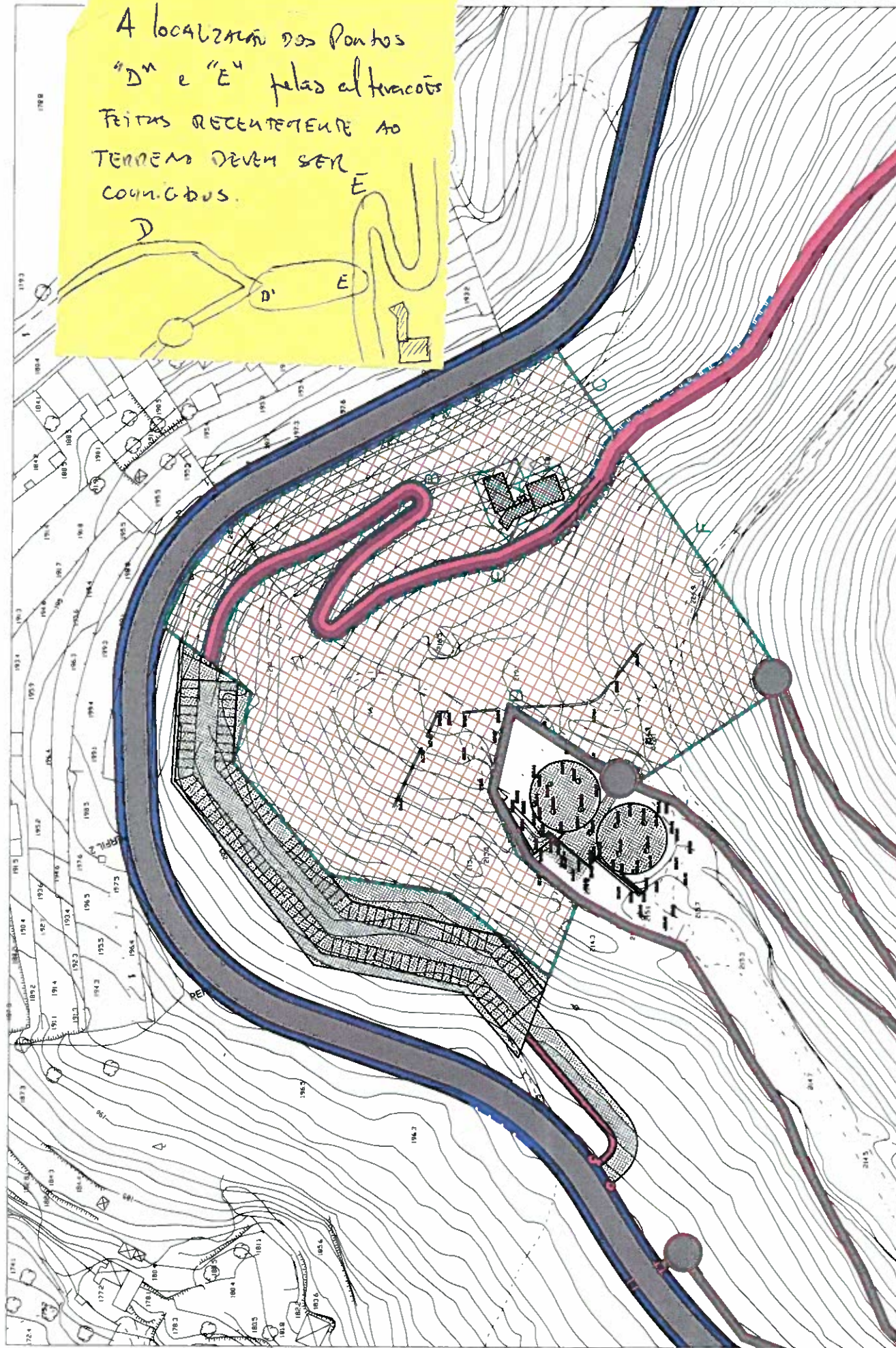
Presidente da Câmara Municipal de Braga

*... (indicar nome do concorrente ou denominação social, número de identificação fiscal, estado civil, domicílio ou sede, filiais ou associadas que interessem à execução da escritura pública, os nomes dos titulares dos corpos gerentes), depois de ter tomado inteiro conhecimento das condições constantes do Regulamento de hasta pública para a constituição do direito de superfície sobre a parcela de terreno identificada na planta anexa (anexo I), com a área de 14.366 m<sup>2</sup>, sita no "Parque do Monte Picoto", em Braga, para implantação de um "Parque Aventura", obriga-se ao seu cumprimento, oferecendo pelo mesmo o valor de .... (por extenso e por algarismos).*

Mais se obriga a proceder ao pagamento de uma prestação anual, durante todo o tempo que vigorar o direito de superfície, excluídas as renovações, correspondente a 1/25 avos do valor do direito de superfície licitado.

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_



 <b>CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA</b>	Técnico	Junho 2016	Desenho	1
		Data	Escala	Folha
PELOURO DO AMBIENTE, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL			1/2000	1
 <b>PARQUE AVENTURA - MONTE DO PICOTO</b>	Projecto:			
	PLANTA DE IMPLANTAÇÃO			

Área destinada à ocupação do Parque - 14.366 m<sup>2</sup>

Construção existente a recuperar





**PARQUE AVENTURA****PICOTO****Memória Descritiva****1. INTRODUÇÃO**

A conservação do meio ambiente e a sua sustentabilidade depende de políticas e planos estratégicos da responsabilidade da gestão pública. Ciente desse compromisso, o Município de Braga tem vindo a adoptar medidas que motivem, por um lado uma mudança de hábitos e atitudes dos seus cidadãos, face a essas questões e por outro, que contrariem o estilo de vida sedentário, das últimas gerações, criando condições para que cada indivíduo se sinta compensado ao contribuir para o sucesso destas causas. As várias intervenções urbanísticas e as múltiplas iniciativas tomadas pela Câmara, nestas áreas, que redesenharam a estrutura urbana da cidade e a interactividade desta com os seus habitantes, produziram já os seus efeitos pois, nos últimos anos, tem havido um crescente interesse e motivação na procura e prática de actividades ao ar livre.

Quer agora o Município alargar o alcance da sua intervenção, para uma vez mais servir os seus cidadãos, mas também para captar o interesse do público em geral sendo, por isso, sua intenção a aposta em acções ligadas ao desporto aventura, de cariz mais ou menos radical, em contexto de natureza. Este género de actividades atrai todo o tipo de mundos (estudantil, associativo, trabalhador, familiar, etc.) e é transversal ao nível etário, o mesmo quer dizer que estão intimamente ligadas à evolução e dinamização dos espaços, da economia e do turismo, com que se pretende impulsionar a região.

A criação de um Parque Aventura, em Braga, é pois um passo natural e obrigatório na dinâmica que o Município tem nos dias de hoje, bem como atendendo ao destaque e lugar que a cidade ocupa, quer a nível nacional, quer internacional.

**2. LOCALIZAÇÃO**

O Monte do Picoto tem uma localização privilegiada, situando-se no topo Sul da Av. da Liberdade, muito perto do centro da cidade de Braga, oferecendo sobre esta uma vista magnífica. Nas suas imediações localizam-se vários equipamentos e locais de desporto, recreio e lazer, como o Parque da Ponte, o Parque de Campismo, uma das Piscinas Municipais, o Estádio 1º de Maio, etc.

É também intenção do Município a ligação da ciclovía e do circuito pedestre, existentes no Monte do Picoto aos percursos similares que se estendem ao longo das margens do Rio Este, que passam a escassa distância do sopé do monte, o que irá alargar a área de influência desta infraestrutura, tornando-a mais abrangente e apelativa.

É aqui, neste magnífico local, que se pretende instalar um Parque Aventura, tirando partido das infraestruturas existentes, da localização já referida e da topografia do terreno.

No mapa anexo está indicada a área máxima (14.366 m<sup>2</sup>), que poderá ser ocupada pelo Parque Aventura, não podendo exceder os limites indicados.



## **PARQUE AVENTURA**

### **PICOTO**

- i) A utilização de elementos naturais na concepção de instalações fixas pressupõe uma avaliação capaz e regulamentar do seu estado de conservação, capacidade e adequação.
- j) As instalações com infraestruturas fixas, terão de ter a aprovação prévia do Município e de outras entidades, quando a lei assim o exija,
- k) Todas as infraestruturas deverão estar devidamente implantadas em cartografia, devendo constar da proposta a apresentar no âmbito do respectivo procedimento;
- l) Todas as actividades agora a prever e outras que venham a ser propostas deverão estar exaustivamente descritas e com o respectivo plano de segurança e resgate,
- m) As actividades a desenvolver não poderão perturbar a fauna local, nem será permitida a utilização de sistema de som;
- n) O concessionário deverá executar o caminho de ligação, que ficará desimpedido e acessível ao público em geral, identificado no mapa em anexo, fornecendo todos os materiais, máquinas e mão-de-obra necessários, com as mesmas características dos já existentes no local;
- o) Todos os percursos já existentes, devem manter-se de acesso livre ao público em geral.
- p) Deverão ficar assegurados trilhos de ligação entre os pontos B e C, D e E e D e F , de acesso livre ao público em geral;
- q) Ficará garantido o acesso de máquinas e pessoas, para manutenção das infraestruturas públicas;
- r) Depois de terminado o período de concessão do espaço, todas as benfeitorias e infraestruturas executadas pelo agente concessionário, serão entregues ao Município ao qual passarão a pertencer.

## **5. REQUISITOS MÍNIMOS**

São os seguintes os requisitos mínimos:

- a) O Parque deverá ter actividades que permitam a sua laboração, pelo menos entre Maio e Setembro (5 meses),
- b) O Parque deverá ter actividades destinadas a vários grupos etários e de diversos graus de dificuldade,
- c) Deverão ser instalados pelo menos 4, actividades, com estruturas fixas, podendo ser slides, rappel, escalada, salto, etc;
- d) Deverão ser instalados pelo menos 2 itinerários de obstáculos elevados;
- e) Deverá ser instalado, pelo menos 1 campo de jogos, vedado (até 3 m de altura), para actividades tipo Paintball ou SPLATMASTER,
- f) Deverá ser instalada, pelo menos 1 área destinada a actividades de tiro ao alvo;
- g) Deverá existir, pelo menos 1 actividade que permita a inclusão de pessoas com mobilidade reduzida;
- h) O espaço deverá ser dotado de balneários e sanitários, que permitam aos utilizadores do parque, equiparem-se, tomarem banho e guardarem os seus pertences;
- i) O espaço deverá ser dotado de posto-médico,
- j) A construção existente, identificada com a letra A, deverá ser recuperada e aí

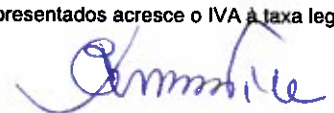


PELOURO DO AMBIENTE, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**OBRA:** Parque Aventura  
Monte do Picoto

DESIGNAÇÃO	UN.	QUANTIDADES	PREÇOS		
			UNITÁRIOS	TOTAIS PARCIAIS	TOTAL
<b>1 DESPESAS GERAIS</b>					
1.1 Recuperação da construção existente	vg	1	45.000,00 €	45.000,00 €	
1.2 Pré-fabricados para apoio à logística	vg	1	7.500,00 €	7.500,00 €	
1.3 Infraestruturas de água e electricidade e outras infraestruturas que sejam necessárias	vg	1	3.500,00 €	3.500,00 €	
1.4 Equipamentos para espaços de recepção, balneários, sanitários, posto médico e outros	vg	1	5.000,00 €	5.000,00 €	
1.5 Mobiliário urbano (mesas, bancos, papeteiras..)	vg	1	1.250,00 €	1.250,00 €	
1.6 Itinerários de obstáculos elevados (adultos)	vg	1	31.000,00 €	31.000,00 €	
1.7 Itinerários de obstáculos elevados (crianças)	vg	1	17.000,00 €	17.000,00 €	
1.8 Estruturas fixas para actividades tipo slides, rappel, escalada, salto, etc	vg	1	17.000,00 €	17.000,00 €	
1.9 Campo de jogos, vedado (até 3 m de altura), para actividades tipo Paintball ou SPLATMASTER	vg	1	2.500,00 €	2.500,00 €	
1.10 Equipamentos completos para as actividades em itinerários de obstáculos elevados e em estruturas fixas.	vg	1	3.000,00 €	3.000,00 €	
1.11 Equipamentos completos para jogos de Paintball/Splattmaster	vg	1	7.250,00 €	7.250,00 €	
1.12 Equipamentos para actividades de Tiro ao Alvo (Arcos de flechas, Zarabatanas, físgas, etc)	vg	1	2.000,00 €	2.000,00 €	
1.13 Equipamentos para espaço "Renting Point"	vg	1	2.250,00 €	2.250,00 €	
1.14 Gastos diversos (comunicações, seguros, licenciamentos, marketing, etc)	vg	1	8.500,00 €	8.500,00 €	
				<b>152.750,00 €</b>	

\*Aos valores apresentados acresce o IVA à taxa legal

  
(A. Paula Correia Vieira – Eng<sup>a</sup> Civil)  
Braga, Junho de 2016

## RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

**Documento:** I/77/GVAB/2016

**Assunto:** AVALIAÇÃO DO VALOR DO DIREITO DE SUPERFÍCIE – Monte do Picoto – Parque Aventura

### 1 – Introdução

Pretende-se com a presente avaliação determinar o valor do direito de superfície temporário de 7 parcelas de terreno (totalizando uma área de 14.366 m<sup>2</sup>), sitas no Monte do Picoto na freguesia de S. Lázaro, com vista à instalação de um Parque Aventura.

De realçar a existência de uma edificação na parcela n.º 20.

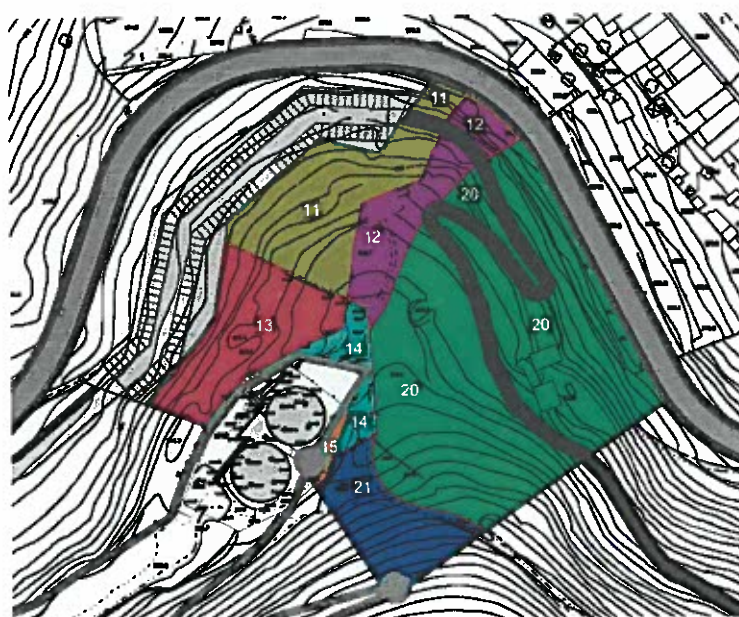


Fig. 1 – Planta de localização das parcelas

### 2 – Critério de avaliação

Tendo em vista a fixação do valor atual do direito de superfície, teve-se em conta o que estipula o anexo II do Decreto-lei n.º 287/03 de 12 de Novembro.

Para a fixação do valor actual do direito de superfície, tratando-se de uma área na sua globalidade\* classificada no PDM como EV1 (*Espaço verde de utilização colectiva*), temos:

Assim,

A)	Prazo para a constituição do direito de superfície	25	Anos
B)	Casa	35246,75	€
C)	Preço unitário	12,5	€/m <sup>2</sup>
D)	Área	14366	m <sup>2</sup>
E)	Vpp - Valor da propriedade plena	214821,75	€
F)	Vps - Valor da propriedade do solo (Vpp-0,50xVpp)	107410,88	€
G)	Valor atual do direito de superfície (Vpp-Vps)	107410,88	€

#### 4 – Conclusão

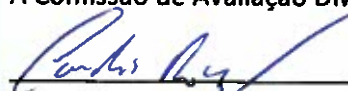
Assim julgamos ser este o valor ponderado que mais se adequa à avaliação em causa:


O **Valor Atual do Direito de Superfície** é de cento e sete mil quatrocentos e dez euros e oitenta e oito centimos.

O **Valor da Propriedade Plena** é de duzentos e catorze mil e oitocentos e vinte e um euros e setenta e cinco centimos.

Braga, 21 de Novembro de 2016

A Comissão de Avaliação DMOSM/DMOP

  
(Carlos Rodrigues, Eng.º)

  
(André Ruão, Eng.º)





Área destinada à ocupação do Parque - 14.366 m<sup>2</sup>

Parcela 11 - 2.124,3 m<sup>2</sup> Parcela 13 - 1.813,3 m<sup>2</sup> Parcela 15 - 66,5 m<sup>2</sup>

Parcela 12 - 1.253,5 m<sup>2</sup> Parcela 14 - 534,1 m<sup>2</sup> Parcela 20 - 7.298,5 m<sup>2</sup>

Parcela 21 - 1.275,8 m<sup>2</sup>



CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

PELOURO DO AMBIENTE, ENERGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Projeto:

PARQUE AVENTURA - MONTE DO PICOTO

PLANTA PARCELAR

Técnico

Data

Escola

1/2000

Ano

2018

Desenho

2

Folha

1



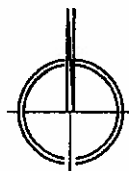


# MUNICÍPIO DE BRAGA

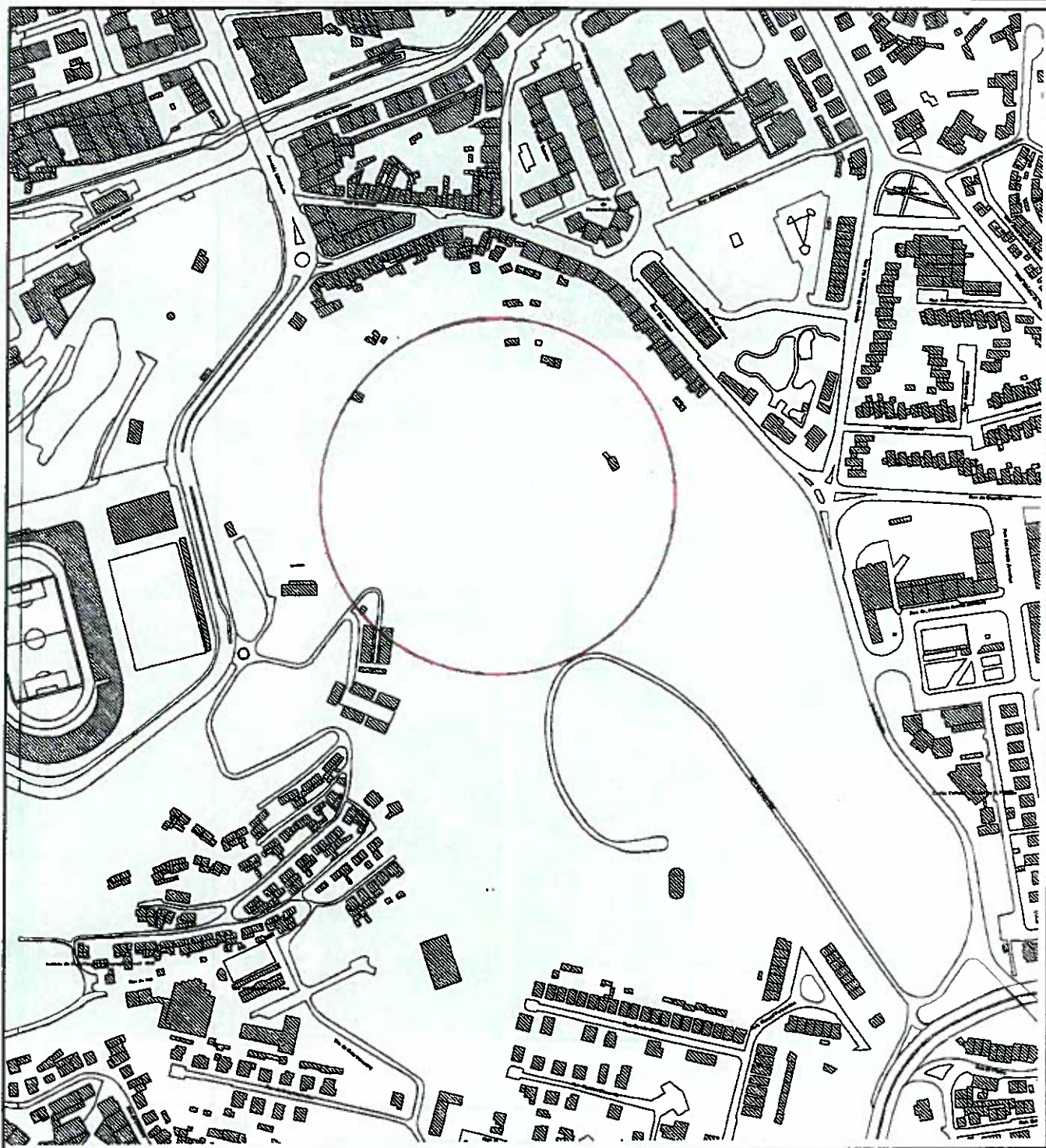
## PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BRAGA

Esc. 1/ 5000

Planta Isenta de Taxa



622/2016



REQUERENTE: MUNICIPIO DE BRAGA

Data: 29-06-2016

LOCAL DA OBRA: \_\_\_\_\_

FREGUESIA: \_\_\_\_\_

FUNCIONÁRIO: \_\_\_\_\_



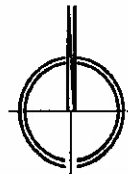


# MUNICÍPIO DE BRAGA

## PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE BRAGA

Planta de Classificação e Qualificação do Solo  
Planta Isenta de Taxa

Esc. 1/10000



622/2016



REQUERENTE: MUNICIPIO DE BRAGA

Data: 29-06-2016

LOCAL DA OBRA:

FREGUESIA:

FUNCIONÁRIO: